

O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário

*Eliseu Gonçalves**

O texto analisa brevemente uma das polémicas que nas primeiras décadas do século XX animava a política edificatória do (re)alojamento operário: a utilização da casa unifamiliar isolada ou agregada promovendo uma ocupação extensiva do território e, por oposição, o recurso a edifícios de habitação colectiva a instalar na cidade consolidada em parcelas livres ou a libertar por demolição de construções insalubres. Ambos os casos constituem leituras sobre a unidade de habitação mínima com claras divergências quanto ao entendimento da cidade como realidade social e física.

A partir de finais de Oitocentos podemos estabelecer uma linhagem de propostas legislativas que dão preferência à “moradia isolada” como meio para atingir um objectivo que está para além da simples garantia de abrigo digno: o controle higiénico e sanitário favorável à robustez física e moral do indivíduo em proveito de uma ideia de coesão de pátria. Esse propósito está presente, por exemplo, no projecto-lei de 1901, inspirado na experiência dos Bairros Operários do Comércio do Porto, submetido à Câmara dos Deputados por Guilherme Santa-Rita. No texto pode ler-se que, em dois terços do empreendimento, as casas deveriam ser térreas, separadas de 1,20 metros e cada uma ter um jardim de 6 metros³⁵. No discurso complementar de apresentação dessa proposta à Câmara dos Deputados, relativamente ao alojamento operário, lia-se:

“[...] questão primacial, porque encarada sob o aspecto da legal constituição da família, ela nos mostra, nos ensina como essa constituição e essa manutenção se efectua segundo as leis da moral e da higiene; como o seu poder de orientação se reflecte nos destinos do indivíduo como membro da colectividade, e, por consequência, como acção produtora determinativa de um

* Grupo I&D *Atlas da Casa* – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo/FCT, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

³⁵ Cf. Proposta de Lei transcrita em Matta (1909: 186).

aperfeiçoamento constante e de uma maior e melhor distribuição, consumo e circulação da riqueza de um país”³⁶.

Trinta anos decorridos, mantém-se clara a empatia pela construção habitacional unifamiliar na política social de habitação do Estado Novo, vertida no Decreto-Lei n.º 23.052, de 1933: a “casa económica [como] moradia de família com quintal” porque “o nosso feitio repele o falanstério e tudo aquilo que atenta contra a reserva e o pudor que são inseparáveis na nossa vida familiar” (INTP, 1943: 176).

Análogas, as duas menções permitem delimitar o período em que se inscrevem os dois casos de estudo analisados: os Bairros Operários do jornal “O Comércio do Porto” (1899 a 1914) e o Bloco de Habitação Colectiva da Rua Duque de Saldanha (1938 a 1940), mandado construir pelo município do Porto.

Introdução

A partir de meados do século XIX, o discurso crítico sobre a arquitectura doméstica, até aí praticamente centrado nos problemas da casa burguesa, passa a ser gradualmente dominado pelo tema da habitação corrente, em particular, sobre a “questão social” do alojamento operário. Em Portugal, até aos anos 30 do século passado, o interesse académico e profissional dos arquitectos sobre o desenho das casas económicas é quase inexistente, cabendo a dinamização do debate a outras profissões cada vez mais interessadas nos problemas da urbe: industriais, engenheiros, cientistas, jornalistas, médicos, higienistas³⁷. Nessa discussão alargada, a *Higiene* estabelece a plataforma de consenso entre disciplinas diversas e confere o grau de legitimidade política para a reforma da cidade e do interior doméstico.

No contexto particular da habitação operária produzida no período compreendido entre a última década da Monarquia Constitucional e o Estado Novo, o *Higienismo*, entendido como ciência e como moral aplicado ao pensamento e à produção da habitação, permite-nos identificar uma rede de reformas que vai desde a regulamentação da conformação do espaço doméstico até ao controlo dos hábitos. Esta dinâmica reformadora é despoletada pela gradual expressão no *espaço público* de problemas até aí escamoteados pelo Poder.

O forte desenvolvimento industrial existente no Porto no final de Oitocentos e o associado crescimento demográfico alimentado por uma população imigrada do campo agravou e fomentou o alojamento barato e débil baseado numa sobreocupação das casas existentes ou fomentado no interior dos quarteirões através da construção massiva de filas de pequenas habitações insalubres e miseráveis. Era uma face da cidade escondida a que os higienistas

³⁶ Arquivo da Assembleia da República: Debates Parlamentares, Monarquia Constitucional, Sessão de 07/03/1901 da Câmara dos Senhores Deputados.

³⁷ Para além de algumas intervenções esporádicas de arquitectos em revistas da época, nomeadamente na *A Construção Moderna*, destacam-se: Bermudes (1897); Carvalho (1898).

irão dar visibilidade por ser potencial antro de infestações. Será essa a realidade de espaços esconsos, sombrios e infectos tomada pelo médico português Ricardo Jorge (1858-1939).

Em 1885, sob os rumores das vagas epidémicas que assolariam o país, Ricardo Jorge escreve o livro *Hygiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*³⁸ onde promove a nova ciência higiénica contra o atraso sanitário das urbes, nomeadamente nos seu aspectos de organização administrativa, de modernização das infra-estruturas e do controlo de hábitos sociais. Convidado depois a trabalhar para a Câmara Municipal do Porto, implementa um conjunto de estudos analíticos para suportar a execução de algumas medidas preventivas.

No seguimento do trabalho efectuado sobre o surto de peste bubónica de 1899, Ricardo Jorge fica responsável pelos serviços centrais de saúde dinamizando um conjunto de medidas normativas e legais do qual destacamos em 1901 o *Regulamento Geral de Saúde* e em 1903 o *Regulamento sobre a Construção de Prédios Urbanos* e o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*³⁹, documentos que estarão na origem do actual *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*, cuja redacção original data de 1951⁴⁰.

Com Ricardo Jorge e os seus pares, esta reforma sanitária que decorre entre 1899-1901 consagra o conceito de Estado Higienista⁴¹.

Inicia-se assim o século com a estabilização de um conjunto de instrumentos operativos capazes de manter o controlo sanitário do existente e agendar acções de melhoramento infra-estrutural da cidade. Pelo contrário, as medidas públicas de incentivo à promoção privada de habitação barata para as classes desfavorecidas haviam fracassado continuando, contra todas as medidas administrativas proibitivas, a prosperar o alojamento em “ilhas” ou no “vão de escada” dos prédios da zona medieval.

Prenúncio dos fundamentos liberais em que assentava a estrutura socioeconómica nacional, pelo menos até à implantação da República, era a inexistente participação do Estado na promoção directa da habitação de baixos custos dedicada às “classes laboriosas”. Os exemplos construídos chegam-nos essencialmente por via da iniciativa privada por três ordens de razão: filantrópica, associados à lógica produtiva da fábrica e por interesse imobiliário explorando a grande procura de casas baratas por parte do operariado. Com os governos republicanos acresce-se a esses casos os de iniciativa total ou parcialmente pública, como é o caso do programa de Bairros Sociais e o das Colónias Operárias lançados a partir de 1918.

Apesar do número de bairros construídos ter sido irrelevante na resolução do alojamento operário, algumas das operações realizadas (ou projectadas) constituem momentos experimentais que estão na origem de uma narrativa que irá atravessar todo o século XX,

³⁸ Cf. Jorge (1885).

³⁹ Diário do Governo, n.º 53, 09/03/1903, pp. 790-792. Este regulamento será divulgado com texto comentado na secção “Legislação das Construcções” da revista *A Construcção Moderna* a partir do n.º 9 (Anno VII), de 10 de Outubro de 1906.

⁴⁰ Diário do Governo, 07/08/1951: Decreto-Lei n.º 38.382.

⁴¹ Sobre o desenvolvimento das políticas higienistas e a implementação de um Estado Higienista em Portugal ver Graça (S/d).

protagonizada pela habitação de custos controlados, com episódios marcantes na leitura da cidade.

No Porto, o processo conturbado da passagem da “Ilha Proletária”⁴² para o “bloco”⁴³ é sintomático das dinâmicas sociais e urbanas provocadas pela necessidade de implementar bairros operários para (re)alojamento das “classes trabalhadoras”.

Os Bairros Operários do Comércio do Porto

Uma das primeiras realizações no Porto de Bairros Operários foi da responsabilidade do jornal *O Comércio do Porto*. Para se compreender a singularidade dos projectos dos bairros de *O Comércio do Porto*, é necessário ter presente as precárias condições do alojamento do operariado portuense, o processo atrás referenciado de controle sanitário consolidado por Ricardo Jorge e a presença mobilizadora do economista e director do jornal, Bento Carqueja (1860-1935)⁴⁴.

A decisão de promover alojamento para as classes pobres foi estimulada directamente pela epidemia de 1899, que dizimou parte da população residente no velho burgo. Para o financiamento dessa causa, Bento Carqueja reunirá o apoio directo de beneméritos oriundos dos mais diversos sectores da sociedade.

A implementação e a rapidez do processo é notável. A primeira pedra do bairro inaugural, no Monte Pedral, da autoria do arquitecto portuense José Marques da Silva, é colocada a 12 de Novembro do mesmo ano, o que demonstra, em nosso entender, a existência minimamente concertada de posições e um planeamento mínimo de acção.

O documento assinado pelos proprietários de *O Comércio do Porto*, que estabelece a construção das primeiras casas, refere que os bairros seriam “dotados com as máximas condições higiénicas e organizadas em harmonia com os melhores modelos destas fundações no que forem adaptáveis no nosso país”⁴⁵. Em notícia de 1905 sobre os próprios bairros, o jornal publicava: “Em todos esses tipos [de casas] houve a preocupação de criar habitações acomodadas ao nosso clima e ao nosso meio social, sem se perderem de vista os requisitos a que, segundo as opiniões expressas por higienistas, por sociólogos e por arquitectos, em

⁴² Termo utilizado por Alexandre Alves Costa para distinguir a simples forma urbana do seu sentido mais profundo enquanto valor matricial da forma e dos hábitos sociais: “Quando se chama ilha proletária às ilhas, estamos a conferir-lhes um novo sentido e uma nova dignidade. O singular dá-lhe globalidade: é o conjunto de todas as ilhas, é a cidade a construir ou a reconstruir. Proletária porque a nova cidade será operária, antes de cidade sem classes” (Costa, 2002: 12).

⁴³ Referimo-nos à experiência precoce do projecto de 1938 do Bloco de Habitação Colectiva construído na Rua Duque de Saldanha, promovido pela Câmara Municipal. Será este o tipo edificatório implementado cerca de 20 anos depois, no contexto do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto.

⁴⁴ Parte da razão filantrópica da acção pode ser encontrada na produção teórica de Bento Carqueja, nomeadamente naquela dedicada à “Questão Social”. Vd., por exemplo, Carqueja (1900; 1916).

⁴⁵ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Livro de Documentos Relativos a Termos e Escrituras, 1899, fl. 344. Referido em Cordeiro (1999: 114).

livros e congressos, devem satisfazer as casas baratas, para realizarem completamente o fim útil e humanitário a que se propõe”⁴⁶.

Os responsáveis directos pelos projectos das várias soluções arquitectónicas foram os arquitectos José Marques da Silva e Tomás Pereira Lopes, o mestre de obras Manuel Fortunato de Oliveira Motta e o engenheiro de minas Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco⁴⁷. As propostas que apresentam, apesar da sua discrepância quanto ao grau de complexidade formal e funcional, perseguem um tipo de *casa-jardim* tal como circulava em *As Habitações Operárias* – livro de 1878 publicado em Paris por Émile Muller e Émile Cacheaux⁴⁸ que retrata as soluções europeias e americanas das mais importantes experiências no âmbito do alojamento operário. O livro, que provavelmente era conhecido pelos que frequentaram a academia parisiense, foi também difundido em Portugal em circuitos de interesses distintos⁴⁹. Estamos perante um manual de prática projectual abrangente, que realça quer as características técnicas de construção, quer as novas oportunidades de fazer a *moderna cidade*, inspirada no programa de Ebenezer Howard (1850-1928). À luz do modelo ideal da *cidade-jardim*, conforme intenção dos autores, o livro devia constituir-se um instrumento pedagógico e técnico para a expansão do “movimento das cidades operárias”.

Através de Muller e Cacheaux ou de qualquer outra forma de contágio cultural, verifica-se que as soluções preconizadas para os bairros do *Comércio do Porto* tem uma matriz cuja substância coincide em tudo com uma inventiva tipo-morfológica baseada numa unidade mínima elaborada e repetida por simetria (simples ou dupla) que permitiu criar uma imagem, diríamos palaciana, de escala urbana grandiosa de cariz rural. Se exceptuarmos o Bairro de Lordelo do Ouro, é introduzida na cidade uma nova gama tipológica de habitação corrente inserida numa estrutura urbana regular contrária ao carácter orgânico da cidade medieval. Essa oposição é verificada a vários níveis: são soluções extensivas de baixa densidade em território periférico esquecido do interesse imobiliário; baseiam-se numa arquitectura romântica que introduz no urbano industrial o elemento pastoral.

O custo a pagar por estas localizações de interface entre o urbano e o rural resumia-se a um alheamento ao curso das grandes obras públicas de infra-estruturação (transportes, abastecimento de água, electricidade e saneamento) e embelezamento da cidade e, enfim, de todo o espectáculo mediático montado à sua volta.

Quando Bento Carqueja propõe construir alojamento para o operariado é clara uma estratégia de intervenção social e política assente nos seguintes propósitos: fomentar uma *arquitectura disciplinadora* que premeia os mais competentes e morigerados e que cria hábitos de ordem e de higiene; uma *arquitectura moderna* que integra os princípios

⁴⁶ O *Comércio do Porto*, 29 de Novembro de 1905.

⁴⁷ Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco era Engenheiro-chefe da 3.^a repartição da Câmara Municipal do Porto (1909). Posteriormente, será o responsável pelas obras da Colónia Viterbo Campos, na Arrábida.

⁴⁸ Émile Muller era engenheiro, professor na Escola Especial de Arquitectura de Paris e “Architecte des Cités Ouvrières de Mulhouse & Autres”. Émile Cacheaux era engenheiro e “Propriétaire d’Habitations Ouvrières”.

⁴⁹ Um dos exemplares encontra-se nos acervos institucionais incorporados no fundo do Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge. O livro é citado pelo engenheiro e deputado Augusto Fuschini na apresentação da proposta de lei de 1884 sobre alojamento operário.

modernos de salubridade e acomodação; uma *arquitectura barata* disciplinada pelo habitar mínimo e, finalmente, uma *arquitectura experimental* com modelos diversificados e abertos que, como refere Manuel Fortunato de Oliveira Motta em notícia do *Comércio do Porto*, devia incluir a tipologia da habitação colectiva:

“Provado como está, que são estas [as habitações colectivas] as construções que mais económicas se tornam, para desejar seria que se fizesse, a pretexto de experiências, uma construção neste género”⁵⁰.

O Bloco de Habitação Colectiva Duque de Saldanha

O bloco camarário de habitação económica colectiva da Rua Duque de Saldanha constitui um caso único de consumação, em plena execução do Programa das Casas Económicas, de uma solução contrária ao pensamento autoritário vigente, aparentemente subversiva. É esclarecedor o testemunho de Alfredo Magalhães, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara do Porto até 1936, antecedendo Augusto Mendes Correia⁵¹, que autorizará a construção na Rua Duque de Saldanha. Diz Alfredo Magalhães em 1937:

“No tocante a obras municipais muito reclamadas por processos tão cómodos como deliquescentes, em regra não subordinados a qualquer plano lógico e oportuno, elas resultam não raro antagónicas com a própria orientação do Estado Novo. Está neste caso o caravanseralho diabolicamente imaginado para habitação das classes trabalhadoras [que a Câmara] a procurar terreno mais desafogado, foi encontrá-lo junto dum cemitério, consoante as reclamações do urbanismo fino e da eugenia científica ‘dernier cri’”⁵².

Face ao cavalgante problema da insalubridade e “promiscuidade social” nas *ilhas* e à derrapagem orçamental resultante da construção de alojamento operário através do programa republicano dos Bairros Sociais e das Colónias Operárias baseados na casa unifamiliar, rapidamente se verifica que o modelo a seguir deve privilegiar a rentabilização máxima dos recursos disponíveis e construído nas imediações das comunidades a realojar. Este sentido prático de acção definirá, pelo menos no Porto dos anos 1930, o tipo de solução a desenvolver.

⁵⁰ Manuel Fortunato de Oliveira Motta, *Memória descritiva e justificativa do Bairro de Lordelo do Ouro*, publicada no jornal O Comércio do Porto, 24 de Março de 1901.

⁵¹ Devemos referir que António Augusto Mendes Correia, ainda estudante, é citado em acta de reunião camarária de 1911 no âmbito de cedência de elementos para o estudo de Bairros Operários. Mendes Correia, presidente da Câmara entre 1936-42, especializa-se em Antropologia, produzindo uma vasta obra literária sobre a questão da Raça Portuguesa, introduzindo de forma clara o programa eugénico no debate político e intelectual. Em “Lusitânia Pré-Romana”, publicada em Peres (1928: 6), refere: “Longe de mim concluir que a raça está inteiramente perdida [...]. Eu confio nos agentes automáticos de depuração natural e na sobrevivência de gerações fortes. Mas é preciso não esperar que a natureza, cruelmente ceife as existências de pobres criaturas que nasceram fracas, doentes ou predispostas à doença. De resto, sobrevivem, mercê da terapêutica e da higiene, muitos indivíduos que atravessam a vida contagiando os sãos, desfalcando terrivelmente a saúde, a tranquilidade, a economia e a moralidade públicas. Governar [...] é também seleccionar”.

⁵² Magalhães (1937: XIV-XV).

Raul Tamagnini Barbosa, na conferência proferida em 1932 na Liga de Profilaxia Social do Porto, adverte: “tudo indica, para nos encaminharmos, gradualmente, para uma época de verdadeira fraternidade entre os homens, já visionada por esse sonhador inesquecível que se chamou Charles Fourier”. O “falanstério” surgirá, mas por razões mais prosaicas: simplesmente porque era necessário construir 15.000 casas para dar abrigo às 60.000 pessoas que habitavam em condições socialmente inconcebíveis. É esse o teor do relatório apresentado por Azeredo Antas em 1934⁵³, tornando seu cúmplice o engenheiro Almeida Garrett; ou os arquitectos Joaquim Madureira e Amoroso Lopes Filho ao referirem “que não há soluções rígidas para estes problemas, antes têm de variar conforme as circunstâncias. Há que atender à maneira de viver das populações; à facilidade de aquisição de terrenos; ao meio mais expedito de criar alojamento; e para esta cidade a fórmula adoptada [Blocos] corresponde absolutamente às suas reais e primeiras necessidades”⁵⁴.

Momentaneamente, a Câmara do Porto e a Delegação Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) empenham-se no desenho de bairros de habitação colectiva a implantar preferencialmente sobre os escombros das primeiras demolições de algumas *ilhas* previstas. O mais notável é o projecto para a zona de S. Vítor promovido pela DGEMN e concebido pelos arquitectos Joaquim Madureira e Amoroso Lopes. Encaixada no casario oitocentista, propõe uma arquitectura marcadamente modernista, de influência francesa, com soluções tipológicas inovadoras, demonstrando um trabalho atento na inserção dos quatro blocos na estrutura do quarteirão existente, com o intuito claro de garantir, simultaneamente, continuidade urbana e imagem de cidade nova.

O Bloco de Saldanha resulta destas circunstâncias. Constrói-se. É isso que o vai marcar: pela arquitectura exótica que expressa na uniformidade morfológica da cidade e como elemento inquietante no equilíbrio institucional entre o município e Lisboa.

No decurso dos anos de construção sucedem-se um conjunto de imprevistos e indecisões⁵⁵ que atestam sobre o conflito de interesses que marcava a política social da habitação. O jogo de forças entre município e governo regia-se por valores de diferente natureza. Para o Regime, tratava-se da manutenção da solidez ideológica, confirmada que estava a institucionalização da *casa unifamiliar isolada* enquanto suporte da família: a entidade reveladora do carácter individualista do povo português. Por seu lado, a administração municipal empenhava-se em fechar uma obra em curso decorrente de um processo experimental sustentado pelo real, de renovação da cidade consolidada, mas negado pela imposição superior de um modelo justificado por uma ideológica fundada nos valores do ruralismo.

⁵³ Cf. Antas e Monterroso (1934: 30).

⁵⁴ Excerto da “Descrição e Justificação” anexa ao Projecto do Aglomerado de Moradias Económicas na Rua de S. Victor, na Cidade do Porto. Arquitectos: J. Madureira; Amoroso Lopes Filho; Engenheiro: C. Pereira da Cruz (sem data).

⁵⁵ Referimo-nos: às comissões técnicas de acompanhamento nomeadas no intuito de produzirem relatórios confrontando as vantagens e defeitos do modelo proposto pelo Estado – casas unifamiliares – e do modelo do bloco de galeria; à proposta de viagem de estudo pelo responsável da obra a Gand (Bélgica) para a mesma análise comparativa; aos pareceres requeridos à Liga de Profilaxia Social; às dúvidas sobre a construção do segundo Bloco fronteiro à rua, suas alterações programáticas e volumétricas e consequentes paragens de obra; às manobras jurídicas para o enquadramento legal no Programa das Casas Económicas, etc.

Os dois edifícios de galeria que formam o denominado Bloco de Habitação Económica da Rua Duque de Saldanha introduzem na cidade tradicional uma arquitectura branca, moderna e internacional, contrária à linha oficial do regime que tenta um léxico de formas inspirado nos elementos característicos de uma *arquitectura portuguesa* que o próprio regime institui, muito inspirado na produção teórica de Raul Lino. Negam, igualmente, o aclamado individualismo do homem português, que rejeita todas as formas de associativismo para evitar os comportamentos desviantes que as grandes colectividades promovem; contrariam a propriedade privada, base para a estabilidade dos valores da família, garante de um património estável.

Conforme refere o arquitecto Manuel Mendes (2001: 249), o Bloco de Saldanha é o sinal da “monumentalização do colectivo” realçada no impacto produzido numa estrutura urbana dominada pela forte divisão parcelar do solo.

Nota final

Entre o início da construção dos Bairros Operários do jornal *O Comércio do Porto* e a fase de utilização do Bloco de Habitação Colectiva da Rua Duque de Saldanha decorrem 40 anos: morre a Monarquia, afirma-se a República, transita-se para o regime autoritário e corporativista do Estado Novo. Apesar deste cenário conturbado de lutas de poder e alterações políticas e económicas, no contexto das decisões sobre a forma de resolução do alojamento operário urbano, assiste-se a uma afirmação sucessivamente renovada da *casa unifamiliar* como valor moral e social estável.

Referências bibliográficas

ANTAS, A. Azeredo, MONTERROSO, Manuel (1934), *A Salubridade Habitacional no Porto (1929-1933)*, Lisboa, Ministério do Interior, Direcção-Geral de Saúde, Inspecção de Saúde do Porto.

BERMUDES, Adães (1897), *Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*, Lisboa.

CARQUEJA, Bento (1900), *O Futuro de Portugal*, Porto.

CARQUEJA, Bento (1916), *O Povo Portuguez. Aspectos sociaes e económicos*, Porto.

CARVALHO, João Lino de (1898), *Construção Moderna, Hygiene da Habitação*, Lisboa.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (Coord.) (1999), *Um Século de Indústria no Norte, 1834-1933*, Porto, Associação Industrial Portuense.

COSTA, Alexandre Alves (2002) "A Ilha Proletária como elemento base do tecido urbano. Algumas considerações sobre um título enigmático", in *Jornal dos Arquitectos*, n.º 204.

GRAÇA, Luís (S/d), *História da Saúde no Trabalho: A Reforma da Saúde Pública no Virar do Século XIX*. Consultado em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html>.

INTP (1943), *Dez Anos de Política Social 1933-43*, Lisboa, Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência.

JORGE, Ricardo (1885), *Hygiene social applicada à nação portugueza*, Civilização, Porto.

MAGALHÃES, Alfredo de (1937), *Em Defesa do Porto*, Porto, Grandes Ateliês Gráficos Minerva.

MATTA, Caeiro (1909), *Estudos Económicos e Financeiros. Habitações Populares*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

MENDES, Manuel (Coord.) (2001), *(In)Formar a Modernidade – Arquitecturas Portuenses, 1923-1943: Morfologias, Movimentos, Metamorfoses*, Porto, FAUP Publicações.

MULLER, Émile e CACHEAUX, Émile (1878), *Les Habitations Ouvrières en tous pays*, Paris, J. Dejeu & C..

PERES, D. (1928), *História de Portugal*, Porto, Edições Barcelos.